



PABLO GIOVANNI — INTERINO  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

## Portaria ainda barraria aumento de hotéis

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, salientou ontem, em audiência no Senado, que o órgão fez recomendações ao Governo do Distrito Federal (GDF) contra a permissão para 16 hotéis, localizados nos setores hoteleiros Norte e Sul, aumentarem seus andares de três para 12.

Integrantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) explicaram à coluna que, em caso de sanção do projeto, o aumento dos andares desses estabelecimentos — caso haja interesse dos próprios empresários — passará pelo crivo da pasta, com necessidade de estudos de impacto de trânsito, além de aval do Iphan, respaldado pela portaria federal.

O texto da redação final aprovado pelos deputados distritais deve ser publicado no *Diário da Câmara Legislativa (DCL)* até o fim da próxima semana.

## Hackers inscreveram jogadores de futebol como mesários

Investigadores da Polícia Federal deflagraram, ontem, uma operação para desarticular um esquema criminoso de invasão ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Policiais à frente do caso explicaram à coluna que o grupo inseriu dados de terceiros, no e-Título, para emissão de título de eleitor e até inscrição como mesário voluntário.

As vítimas, não divulgadas pela polícia, incluem empresários, políticos, cantores sertanejos e até jogadores de futebol. O caso chegou ao conhecimento das autoridades após a área técnica do TSE identificar 158 registros de irregularidades realizadas pelo aplicativo.

## Nova Desembargadora no TRE-DF

A advogada Cristina Maria Gama Neves da Silva tomou posse na sexta-feira como desembargadora suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Formada em direito pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub), ela é sócia do escritório Lacombe e Neves da Silva Advogados Associados, onde trabalha o pai, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Fernando Neves da Silva.

No mundo jurídico, Cristina faz parte de uma das famílias mais tradicionais da área eleitoral do país. Além do pai, outros parentes dela foram ministros do TSE: o avô, Célio Silva, e o tio, Henrique Neves. A cerimônia na sede do TRE-DF, desembargador Jair Soares, teve a presença do desembargador Roberval Belinati, ex-presidente da Corte, além de outros magistrados, familiares, convidados e servidores.

## De olho no DF

O nome da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro parece estar cada vez mais distante do Palácio do Planalto nas eleições de 2026. Pessoas próximas ao ex-presidente Jair Bolsonaro apontam que ela disputará uma candidatura a outro cargo, com o Distrito Federal como principal opção.

Michelle é bem avaliada em pesquisas internas do Partido Liberal (PL) no Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. Com a decisão do TRE-PR de não cassar o senador Sérgio Moro (União), interlocutores de Bolsonaro indicam que o cenário ideal é o DF, onde haverá duas vagas para o Senado na próxima eleição, e a possibilidade de conquistar uma delas é considerada mais viável.

A ex-primeira-dama não tem comentado o assunto. Eleita em março do ano passado presidente do PL Mulher, Michelle afirma que ainda não é o momento para tratar do tema, pois as atenções estão voltadas para as eleições municipais de outubro. A avaliação é de que isso servirá como termômetro para medir sua popularidade com o eleitorado.

### Sem apoio

Interlocutores da senadora Damares Alves (Republicanos) indicam que, se Michelle e a deputada federal Bia Kicis (PL) decidirem se candidatar ao Senado com o apoio de Bolsonaro, Ibaneis Rocha não terá ajuda da republicana.

O chefe do Executivo local já confirmou, oficialmente, que deixará o Palácio do Buriti no início de 2026 para se dedicar à campanha eleitoral. Mesmo distante das eleições, o xadrez político da capital federal se desenha. Ibaneis se apegua ao legado de ter sido o primeiro governador da história do DF a se reeleger em primeiro turno, em 2022.



Zack Sene/PL

"Como pai, eu e a bancada do PL somos contra qualquer tipo de droga no Distrito Federal. Para os conselheiros tutelares, isso deve ser uma luta diária, porque as famílias são destruídas pelas drogas. A maioria dos parlamentares do Distrito Federal é contra o uso, a liberação, a distribuição e qualquer coisa relacionada às drogas. Nós não queremos nossos filhos e filhas vivendo nesse caos."

Joaquim Roriz Neto (PL)



Hugo Batista/Divulgação

"A decisão do STF não defende o uso de drogas. Esse não é o debate. O debate é sobre como o Estado deve tratar quem usa drogas e por que as pessoas estão usando. O que o Supremo decidiu é que o Estado não tratará quem usa (drogas) como criminoso. Trata-se da descriminalização do uso, pois quem usa precisa ser tratado pelo Estado, com a garantia de direitos e através de políticas de saúde pública, oferecendo condições de tratamento no próprio SUS."

Gabriel Magno (PT)



Kayo Magalhães/CB/D.A Press



SÓ PAPOS



À QUEIMA-ROUPA

## RODRIGO ROLLEMBERG

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Sempre tive convicção de que o STF faria justiça!"

O STF formou maioria para retirar o mandato de sete deputados federais com base na inconstitucionalidade das regras de distribuição das sobras eleitorais. O caso voltará à estaca zero após um pedido do ministro André Mendonça, mas, normalmente, os ministros mantêm os votos proferidos em casos semelhantes. Como o senhor avalia esse momento, em que pode assumir o mandato de deputado federal?

Sempre tive convicção de que o STF faria justiça! A lei é clara e a resolução do TSE extrapolou o que diz a lei na questão das sobras eleitorais. O próprio STF, por oito votos, reconheceu a inconstitucionalidade. Por outro lado, a lei que regulamenta as ações diretas de inconstitucionalidade é categórica em determinar que, para haver modulação, seria preciso oito votos. Espero, sereno e confiante, que o desfecho dessa ação aconteça de forma célere para reduzir o prejuízo dos sete deputados federais que foram eleitos e ainda não tomaram posse. Vamos ter que trabalhar em dobro para compensar o tempo que ficamos de fora.

O senhor está fazendo planos para assumir a função de deputado federal ou considera que ainda é cedo? Em 2022, obteve 51.926 votos.

Estou muito dedicado à minha missão como secretário de Economia Verde do MDIC. A pauta é apaixonante, e trabalhar sob a liderança do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin é um privilégio. Essa experiência vou levar para a Câmara. Sei que posso dar uma grande contribuição ao Brasil nessa agenda que precisa ser acelerada. Cada dia que passamos sem regulamentação dos temas da agenda verde são oportunidades de investimentos e empregos que se perdem no Brasil. Estou pronto para ajudar o governo Lula e o país no Congresso Nacional.

Como a eventual anulação do mandato de Gilvan Máximo pode afetar a composição política da bancada do DF na Câmara? Atualmente, apenas dois deputados integram o mesmo campo político que o senhor.

Fortalecer o campo progressista é bom para o Brasil e para o Distrito Federal. A agenda do desenvolvimento sustentável deve ser prioridade para o país. Precisamos gerar empregos, reduzir desigualdades sociais, criar oportunidades para os mais jovens. O Brasil tem que ser o país do futuro e do presente. E o Congresso Nacional é muito importante para isso.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**ORÇAMENTO /** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) prevê mais de 30 mil novos cargos. O texto foi aprovado na noite de ontem e prevê um orçamento de R\$ 62,2 bilhões para 2025

# Nomeações em destaque na LDO

» MILA FERREIRA

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou, ontem à noite, em dois turnos, o projeto de lei nº 1108/2024, do Executivo, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025. A LDO prevê um orçamento de R\$ 62,2 bilhões para o próximo ano: R\$ 24,5 bi oriundos do Fundo Constitucional e R\$ 38,1 bi de arrecadação própria. Em relação a 2024, os números representam um acréscimo de R\$ 1,2 bilhão, o que equivale a 5,4% de aumento. Entre nomeações e realizações de concursos, estão previstos 30.768 no Executivo e 121 no Legislativo.

O Projeto de Lei (PL), que teve emendas parlamentares aprovadas em Comissões e no Plenário, recebeu sinalização positiva da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), ontem.

Para o deputado distrital Gabriel Magno (PT), a LDO aprovada mostra uma prioridade do governo de Ibaneis Rocha não conectada com as necessidades da cidade. "O aumento da renúncia fiscal (centrada no andar de cima) cresceu muito nos últimos anos (de R\$ 1,8 bi em 2019 para

Carlos Gandra/CLDF



Entre nomeações e realizações de concursos, estão previstos, para o ano que vem, um total de 30.768 no Executivo e 121 no Legislativo

R\$ 9 bi neste ano), e acompanhamos com muita preocupação a diminuição dos investimentos em educação e saúde chegando a um dos menores patamares no DF. Apesar disso, conseguimos colocar, por meio das emendas

de vários parlamentares, recomposições importantes, principalmente na valorização de servidores nas áreas mais sensíveis", destacou ao *Correio*. "Além das nomeações que vieram nas áreas sensíveis e que sofreram com

cortes nos últimos anos (mais de 8,5 mil professores e mais de 9 mil servidores da saúde), agora, vamos acompanhar que a LDO possa sair do papel pra garantir o direito da população do DF", concluiu Magno.

O secretário de Economia do DF, Ney Ferraz, ressaltou que há investimentos por parte do governo em todas as 35 regiões administrativas. "Ano a ano, entregamos obras importantes de mobilidade, saúde e educação,

além das inúmeras nomeações de concursados. Só na educação, foram mais de 12 mil servidores nomeados. Estamos fazendo muito mais que gestões do passado. Tudo isso com responsabilidade e dinheiro em caixa para pagar", salientou.

O chefe da pasta observou ainda que o GDF trabalha para fortalecer o setor produtivo, visando a criação de mais emprego e renda. "A consequência disto é aumento de arrecadação. Veja que a LDO 2025 prevê uma visão conservadora de menos de 6% de aumento no orçamento se comparado com esse ano. Esse cenário deixa o governo tranquilo para seguir com investimentos nas áreas prioritárias e para poder fazer a recomposição da força de trabalho com a nomeação de mais de 30 mil servidores. Temos uma equipe que sabe administrar recursos", finalizou Ney Ferraz.

## A LDO

A LDO orienta a elaboração do orçamento para o próximo ano e define a política de pessoal a curto prazo da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal.